



ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NOS CURSOS DE JORNALISMO DO RIO GRANDE DO SUL

Autores:

Ângelo J. Neckel (Acadêmico do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo ULBRA – NEABI)

Deivison M. C. de Campos (Professor Doutor em Comunicação, coordenador do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo ULBRA)

Resumo: As diretrizes específicas à implementação do conteúdo pertencente às relações étnico-raciais nas escolas foram estabelecidas pelo Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE, 2004), regulamentando a legislação de então e estendendo-a às universidades. Assim, todos os cursos de graduação, incluindo o de Jornalismo, devem apresentar conteúdos reflexivos sobre as etnias afro-brasileira e indígena. Desse modo, este artigo analisa como as 22 graduações em Jornalismo do Rio Grande do Sul trabalham a temática. Para tanto, discute-se a legislação relacionada à área, observando as grades curriculares e utilizando informações prestadas pelas coordenações dos cursos. A metodologia utilizada inicialmente consistiu na comparação entre a Lei de Diretrizes Curriculares para o curso de Comunicação Social e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo. As inferências resultantes foram analisadas junto às grades curriculares disponibilizadas nos sites dos cursos. Para definir se as graduações possuem orientação humanística ou tecnicista e se operam conforme as Diretrizes de Comunicação Social ou conforme as Novas Diretrizes de Jornalismo, consultou-se as autorizações de funcionamento dos cursos no Diário Oficial da União. Em um segundo momento, foi aplicado um questionário aos coordenadores dos cursos para identificar quais disciplinas, além dos professores titulares, e atividades previstas nas grades curriculares correspondem ao ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. As respostas foram cruzadas com as respectivas grades curriculares. Visando apurar se os professores citados pelos coordenadores possuíam produções científicas sobre questões étnico-raciais, verificou-se os currículos dos profissionais na Plataforma Lattes do CNPq. Na fundamentação teórica, foi utilizada a teoria do currículo e identidade social, de Tomaz Tadeu da Silva, e ecologia dos saberes e reforma da universidade no século XXI, de Boaventura de Sousa Santos. Também foram citados trechos de documentos do CNE. A pesquisa conclui que as habilitações e bacharelados em Jornalismo do estado trabalham a temática afro-brasileira e indígena na maior parte das vezes em disciplinas transversais. A maioria dos cursos de Jornalismo ainda é de habilitações de Comunicação Social e com viés tecnicista. Por sua vez, quatro dos cinco cursos bacharelados em

Jornalismo, que se adequaram às Novas Diretrizes da área, são de perfil humanístico. Porém, poucos coordenadores afirmam que seus cursos abordam relações étnico-raciais em eventos de extensão e a questão é tratada de maneira específica apenas em disciplinas eletivas. Dessa forma, os egressos de habilitação e bacharelado em Jornalismo tendem a não adquirir conhecimentos específicos sobre História e Cultura afro-brasileira e indígena. A perspectiva se agrava pela ausência de docentes especializados para lecionar conteúdos sobre a temática, inclusive em disciplinas específicas, apesar dos 10 anos de vigência do Parecer do CNE.

Palavras-chave: Educação das Relações Étnico-Raciais. Jornalismo. Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.634/96, indicava em seu texto inicial como importante o ensino de História e Cultura afro-brasileira e indígena nas escolas públicas e privadas nos níveis fundamental e médio. As emendas 10.639/03 e 11.645/08 tornaram obrigatórias as duas temáticas no currículo das instituições. As diretrizes específicas à implementação do conteúdo pertencente às relações étnico-raciais foram estabelecidas pelo Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE, 2004), regulamentando a legislação vigente até então e estendendo-a às universidades. Nesse sentido, todos os cursos de graduação, incluindo o de Jornalismo, devem apresentar aos discentes conteúdos reflexivos sobre as etnias afro-brasileira e indígena.

Diante desse contexto, o artigo investiga como as 22 graduações em Jornalismo do Rio Grande do Sul trabalham a temática afro-brasileira e indígena em seus currículos. Com esse propósito, discute-se a legislação relacionada à área, observando as grades curriculares das graduações em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e bacharelados em Jornalismo, utilizando informações prestadas pelas coordenações dos cursos.

Na fundamentação teórica, foi utilizada a teoria do currículo e identidade social, de Tomaz Tadeu da Silva (2005) e proposições sobre ecologia dos saberes e reforma da universidade no século XXI, feitas por Boaventura de Sousa Santos (2004). Também foram citados trechos de documentos do CNE

(3/2004; 1/2013).

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada na pesquisa consistiu, em um primeiro momento, na comparação entre a Lei de Diretrizes Curriculares para o curso de Comunicação Social e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo. As inferências resultantes da comparação foram analisadas junto às grades curriculares disponibilizadas nos sites dos cursos. Para definir se as graduações possuem orientação humanística ou tecnicista e se operam conforme as Diretrizes de Comunicação Social ou conforme as Novas Diretrizes de Jornalismo foram consultadas as autorizações de funcionamento dos cursos no Diário Oficial da União.

Com o objetivo de identificar se as grades curriculares dos cursos de bacharelado e habilitações em Jornalismo do Rio Grande do Sul possuem orientação humanística ou tecnicista, adotou-se como critério o padrão de distribuição dos eixos de formação segundo a proposta das Novas Diretrizes Curriculares de Jornalismo: "É valorizada a equidade entre as cargas horárias destinadas a cada um dos eixos de formação, sendo 400 horas para cada eixo, em média,..." (CNE, 2009, p. 21). Assim, considera-se um curso de teor humanístico o que tem no mínimo seis disciplinas obrigatórias de ciências humanas, desde que as mesmas possuam número semelhante de créditos em comparação às disciplinas de outros eixos de formação, aproximando-se de 400 horas/aula. De modo que apenas as disciplinas de Ciências Humanas foram contabilizadas na pesquisa e todos os currículos são orientados para o ensino da técnica jornalística, são denominados humanistas os cursos que demonstram equilíbrio entre disciplinas e atividades humanísticas, teóricas e práticas.

Para identificar se as disciplinas humanísticas das grades curriculares são diretamente ligadas ou não a conteúdos de Comunicação e Jornalismo, adotou-se a nomenclatura como critério para diferenciação, conforme os exemplos:

1) Sociedade e contemporaneidade: interpreta-se que a disciplina não tem relação direta com conteúdos de Comunicação e Jornalismo, apesar de poder tratá-los de maneira transversal.

2) Comunicação e Cultura: a inclusão da palavra Comunicação evidencia a união entre saberes de natureza humanística e saberes relacionados à área do curso.

Em um segundo momento, para descobrir como as graduações de Jornalismo do Rio Grande do Sul trabalham o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, foi enviado questionário para os e-mails institucionais de 22 coordenadores de curso. O questionário era composto somente de perguntas abertas. Todos os coordenadores receberam a mesma mensagem:

Esta pesquisa é para saber quais as diretrizes dos cursos de Jornalismo do estado quanto à Lei 10.6369, relativa ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas e universidades. Assim, como o curso de Jornalismo que coordena aborda essa temática? Há algum professor que trabalhe especificamente com ela, e em quais disciplinas?

As respostas foram cruzadas com as respectivas grades curriculares. Os Planos Pedagógicos dos cursos, que são documentos públicos, poderiam fornecer mais informações sobre a inserção da temática. Porém, apenas quatro disponibilizam os registros em seus sites. A fim de apurar se os professores citados nas respostas dos coordenadores possuíam produções científicas sobre questões de grupos étnico-raciais, foram verificados os respectivos currículos dos profissionais na Plataforma Lattes do portal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em comparação às competências e habilidades apontadas pela Lei de Diretrizes de Comunicação Social, as Diretrizes de Jornalismo indicam conhecimentos mais amplos e específicos a serem adquiridos pelo formando, demonstrando detalhadamente as atitudes e valores comportamentais a serem sustentados na atuação profissional. A pluralidade de conteúdos também se

aplica às orientações sobre o ensinamento de conteúdos humanísticos, enquanto as Diretrizes de Comunicação Social priorizam a aquisição de competências e habilidades técnicas.

As Diretrizes Curriculares para o curso de Comunicação e as Novas Diretrizes para o curso de Jornalismo apresentam semelhanças e diferenças para a orientação da formação de jornalistas. As convergências se estabelecem no quesito de perfil do egresso e em trechos sobre a integração dos saberes aprendidos no curso com a prática profissional e fenômenos sociais. No entanto, as orientações para promoção dessa integração estão presentes de maneira detalhada apenas no texto das Novas Diretrizes no decorrer de todo o documento. Tanto as diretrizes antigas, quanto as atuais, refletem no modo como as grades curriculares são construídas.

Estão disponíveis nos sites de 21 cursos seus respectivos registros e currículos, dos quais 11 se autodenominam como habilitação de Comunicação Social e os outros dez como bacharelados em Jornalismo. Cinco cursos estão registrados como bacharelados em Jornalismo no D.O.U, sendo que quatro deles foram autorizados a funcionar após outubro de 2013, data de aprovação das Novas Diretrizes. Assim, a pesquisa considera que há 16 cursos de Comunicação Social e cinco cursos bacharelados em Jornalismo no estado.

Os currículos mostram que a maioria dos cursos do Rio Grande do Sul ainda é de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Também prevalecem as graduações com grades curriculares tecnicistas, sendo a maioria localizada em regiões do interior. Porém, no contexto de adequações às Novas Diretrizes de Jornalismo, dos cursos que renovaram suas matrizes curriculares, a maioria possui viés humanístico. Ao encontro do estabelecido no Parecer, as Novas Diretrizes orientam para o conhecimento das raízes étnicas, cultura popular e formas de arte brasileiras. Por seu turno, a Lei de Diretrizes de Comunicação Social, anterior ao Parecer, não menciona tais aspectos.

Dos 21 cursos analisados¹, seis possuem atividades relacionadas à cultura e história afro e indígena, dos quais dois são de bacharelado em Jornalismo. Portanto, quatro cursos, que são habilitações da Comunicação

¹ Um dos cursos não disponibilizou informações suficientes em seu site.

Social, possuem atividades sobre a temática afro-brasileira e indígena, apesar de operarem segundo as Diretrizes antigas. O fato pode ser explicado pelo período de 10 anos que tiveram para se adequar ao Parecer do CNE. Contudo, coordenadores e grades curriculares de 14 cursos não apresentaram informações sobre a realização de atividades.

Com base no critério do padrão de distribuição dos eixos de formação segundo a proposta das Novas Diretrizes Curriculares de Jornalismo (2009), cinco cursos de característica humanística apresentam disciplinas específicas de cultura afro-brasileira e indígena. Quatro deles têm apenas uma disciplina, sendo duas delas relativas à cultura afro-brasileira, uma sobre cultura indígena e uma sobre relações étnico-raciais. O curso restante possui três disciplinas, sendo duas acerca de cultura afro-brasileira e uma sobre cultura indígena. Dentre os cursos de perfil tecnicista, um possui disciplina de cultura afro-brasileira. Todas as disciplinas de currículos que privilegiam ensinamentos humanísticos ou ensinamentos técnico-profissionalizantes são ofertadas como optativas, sendo uma delas na modalidade de Ensino à Distância. Dos seis cursos que oferecem as disciplinas, apenas um opera segundo as Novas Diretrizes de Jornalismo.

A partir das 20 respostas dos coordenadores que responderam aos questionários² e das grades curriculares, observa-se que quase metade dos cursos não oferece disciplinas transversais obrigatórias voltadas ao ensino de conteúdos afro-brasileiros e indígenas. Também se percebe que os cursos tecnicistas correspondem à maioria dos que praticamente não abordam questões sobre os incluídos pela Lei, ao contrário das indicações sobre currículos com características humanísticas. Nesse sentido, nas graduações que operam segundo as Novas Diretrizes de Jornalismo predominam as disciplinas transversais obrigatórias.

Dos 20 coordenadores de curso, nove responderam quais professores lecionam conteúdos que envolvem História e Cultura afro-brasileira e indígena. Das nove respostas, quatro, todas de graduações com característica humanística, sendo duas de bacharel em Jornalismo, continham a indicação

² Um dos coordenadores se recusou a participar da pesquisa.

dos nomes dos professores. Um dos coordenadores, de um curso bacharel em Jornalismo, declarou apenas a área geral de formação dos profissionais. Quatro cursos não possuem docentes especializados na temática.

De acordo com consulta ao currículo Lattes dos seis professores referidos nas entrevistas, três dos quatro cursos têm ao menos um docente com pesquisas sobre o tema, totalizando cinco profissionais. Três deles têm trabalhos e publicações a respeito somente da temática afro-brasileira, um possui artigos sobre ambas as temáticas e um, o único com formação em Jornalismo, possuía produção técnica acerca da cultura indígena. Dos dois cursos de bacharel em Jornalismo com professores identificados com a história e cultura afro e indígena, apenas um possui profissional com pesquisa sobre a temática.

Apenas um curso bacharelado em Jornalismo tem disciplinas específicas sobre história e cultura afro e indígena, enquanto outro tem profissional especializado na área. O fato de menos da metade dos coordenadores terem citado os professores que trabalham a temática afro e indígena em sala de aula e a escassez de profissionais especializados, com pesquisas ou publicações, também oportunizam a discussão sobre o aprendizado e atuação dos futuros jornalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As habilitações e bacharelados em Jornalismo do Rio Grande do Sul trabalham a temática afro-brasileira e indígena na maior parte das vezes em disciplinas consideradas transversais nas grades curriculares. A maioria dos cursos de Jornalismo ainda é de habilitações em Comunicação Social e possui viés tecnicista. Por sua vez, quase todos os cursos bacharelados em Jornalismo, que se adequaram às Novas Diretrizes da área, são de perfil humanístico. No entanto, poucos coordenadores afirmam que seus cursos abordam as relações étnico-raciais em eventos de extensão e a temática é tratada de maneira específica apenas em disciplinas eletivas.

Os egressos de habilitação e bacharelado em Jornalismo tendem a não adquirir conhecimentos específicos sobre História e Cultura afro-brasileira e indígena. Caso os outros 17 cursos tomem por base as grades curriculares da

maior parte dos cursos que migraram as Novas Diretrizes, a tendência é que os profissionais formados sigam com menos chances de presenciarem atividades e disciplinas diretas acerca da temática. A perspectiva se agrava pelo fato de não haver docentes especializados para lecionar conteúdos sobre os dois grupos étnico-raciais, inclusive em disciplinas específicas, apesar dos 10 anos de vigência do Parecer da CNE.

Além da inclusão de conteúdos sobre negros e indígenas no currículo dos cursos de habilitação e bacharelado em Jornalismo, discute-se como os dois grupos são representados. Nisso, é valorizada a inserção da discussão em atividades e eventos específicos, sem reduzir a importância da discussão em disciplinas transversais. O motivo é a existência de tradições, costumes, saberes e manifestações peculiares à cultura afro e indígena, fundamentais para construção histórica e contemporânea da identidade do povo brasileiro. Também fazem parte dessa relação personalidades com atuações em diferentes áreas, como política, artes, tecnologia, dentre outras.

Ignorar a diversidade cultural dentro desses grupos significa abrir precedentes para visões estereotipadas, quando não preconceituosas e discriminatórias sobre os mesmos. A melhor inserção de negros e indígenas no currículo se faz necessária para oferecer orientações distantes do senso comum. Nesse processo de tomada de posicionamento, estão os estudantes e futuros jornalistas, responsáveis por informar o público da maneira ética e precisa e a conhecer a História e a Cultura do país e seus habitantes.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL - EBC. **Número de inscritos no Enem chega a 8,7 milhões e supera expectativa do governo**. Brasília: 2014. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-06/numero-de-inscritos-no-enem-chega-87-milhoes-e-supera-expectativa-do>>. Acesso em: ago. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP 3/2004. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-Brasileira e Africana**. Brasília, Ministério da Educação, 2004. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>. Acesso em: ago. 2014.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 492/2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Comunicação Social**. Ministério da Educação, Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: ago. 2014.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES 1/2013. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo**. Ministério da Educação, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/educacao/novas_diretrizes_curriculares_jornalismo.pdf>. Acesso em: out. 2014.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES 16/2002. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Comunicação Social**. Ministério da Educação, Brasília, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES162002.pdf>>. Acesso em: out. 2014.

_____. Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação. Portaria Nº 203/2009, 2/2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo**. Brasília, Ministério da Educação, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf. Acesso em: out. 2014.

_____. Presidência da República. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: ago. 2014.

_____. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996**.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/l9394.htm>. (Conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB). Acesso em: ago. 2014.

_____. **Lei n.º 11. 645, de 10 de março de 2008.** Que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “Historia e Cultura Afro-Brasileira e indígena. República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: ago. 2014.

< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 maio 2008.

LAKATOS, Eva Maia; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MELO, Paulo Sérgio de Oliveira. **A formação atual do comunicador social no Brasil:** ECA/USP - um estudo de caso. Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais da FAIT, v. 1, p. 1-9, 2006. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000383376&fd=y>>. Acesso em: out. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no Séc. XXI:** Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. , 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>. Acesso em: dez. 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo e Identidade Social:** Territórios Contestados. In Tomaz Tadeu da Silva (Org.), *Alienígenas na sala de aula.* Petrópolis: Vozes, 1995.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO RS. **Universidades de Jornalismo.** Porto Alegre: 2013. Disponível em: <<http://www.jornalistas-rs.org.br/index.php/2013-11-21-15-35-42/futuros-profissionais-formacao-profissional/universidades-de-jornalismo.html>>. Acesso em: ago. 2014.